

tanto, estamos perdendo terreno na questão da segurança pública, na política de geração de emprego, bem como na qualificação profissional para ampliar as oportunidades dos brasileiros no mercado de trabalho.

Mesmo assim, esses estudos mostram que a década de 90 serviu para lançar as bases para o crescimento auto-sustentado da economia, principalmente com o processo de privatização, que deu novo perfil ao Estado brasileiro, ampliou o fluxo de capitais e produziu uma expansão inédita na qualidade dos serviços. A receita com a desestatização chegou próximo dos 90 bilhões de dólares, transformando o programa de privatização num dos maiores do mundo.

Serviu também de marco do processo de estabilização econômica e das reformas constitucionais que estão criando as condições para a retomada do crescimento e para a inserção do País na economia global, preparando-o para os desafios futuros.

É evidente que estaríamos bem melhor se o Brasil tivesse mantido a média de crescimento da década de 70. Entretanto, temos que reconhecer que parte dos nossos problemas pode ser atribuído a nós mesmos. O que emperra nosso crescimento são o desequilíbrio fiscal – que acarreta o círculo vicioso do déficit público –, o oneroso e ineficiente sistema tributário e a anacrônica legislação trabalhista. Felizmente, essas questões já estão na agenda de prioridades do Executivo e desta Casa.

Tudo isso compõe o que chamamos de Custo Brasil, onde se inclui, também, uma deficiente infra-estrutura nas áreas de transportes, portos e serviços públicos. Esses problemas são os grandes responsáveis pela ineficiência do Estado e pela limitação do crescimento, na medida em que oneram o setor produtivo, desestimulam novos investimentos públicos e privados e reduzem a oferta de emprego.

Se conseguirmos superar essas amarras, certamente retomaremos o caminho do crescimento, criando novas oportunidades para os que precisam ingressar no mercado de trabalho e devolvendo a esperança para milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. JOAQUIM FRANCISCO** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as cidades, sobretudo as de grande porte, estão perdendo seus mais consagrados referenciais. Esta é uma constatação que vale para todas as latitudes do globo, e que vem suscitando inquietações, apreensões e polêmicas, particularmente entre especialistas urbanos e administradores públicos.

Se universal é o problema, mais agudo ele se apresenta naqueles espaços menos prósperos do planeta. Daí a imperiosidade de sua análise e discussão, em ritmo de urgência que não dispensa o binômio abrangência/profundidade.

Numa visão ampla do fenômeno, percebe-se que os centros urbanos, uma das maiores construções da inteligência e do gênio humanos, estão progressivamente desfalcando-se de alguns – muitos, na verdade – dos seus mais valiosos símbolos, que os elevaram, ao longo da história, à posição privilegiada que ostentam; posição esta que os tornou pontos de atração migratória e lhes assegurou o **status** de núcleos em torno dos quais passaram a gravitar e expandir-se seus congêneres de certa forma satelitizados ou, quando nada, desdobrados em prolongamentos dos pólos irradiadores.

Entre esses tantos símbolos, Sr. Presidente, podem ser mencionados: a convivialidade; o pluriculturismo; a virtualidade das mais ousadas realizações em todos os campos de atividade; a apropriação sistêmica das dotações naturais com vistas ao bem-estar e ao atendimento das exigências materiais e estéticas dos seus habitantes; a intervenção da ciência e da tecnologia em áreas adrede planejadas; a transformação da arte, nas suas infinitas formas de manifestação, em instrumento de enriquecimento individual e coletivo; e assim por diante.

Cidade sempre foi sinônimo de urbanidade, de abertura de portas e canais para as relações humanas, para a convivência em espaços políticos (de **polis**) onde as grandes questões contemporâneas eram colocadas em pauta, propiciando o avanço, o progresso, o estímulo, a indução, a audácia.

Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as cidades se afirmaram, no itinerário cumprido pela façanha do homem na ocupação da terra, como o epítome da civilização, tal qual o sugere a própria etimologia deste termo. Elas foram sempre o desaguadouro das aspirações humanas, os ecúmenos agregadores dos ideais que se converteram em empreendimentos.

Mesmo quando se colocava em dúvida, até passado recente, a prevalência dos seus benefícios sobre os seus malefícios – que sempre existiram, é claro –, tal questionamento era feito com ressalvas, quase timidamente. Mesmo quando se enalteciam as vantagens, inclusive as relacionadas ao próprio bem-estar e à qualidade de vida, das áreas rurais ou não exatamente urbanas (como seria o caso das zonas urbanas a que se referia Gilberto Freyre), não se

deixava de reconhecer a proeminência da modernidade dos espaços citadinos.

No final das contas, neste é que se intensificavam e aperfeiçoavam aquelas atividades componentes do saber científico, das aquisições tecnológicas, das transformações e irradiações artísticas, do intercâmbio intensivo, extensivo e enriquecedor de idéias, inventos, produtos da criatividade, frutos da capacidade humana de edificar sempre, inovar sempre, crescer sempre. Por conta de tudo isso, no bojo de toda essa ebulição, iam ganhando nitidez os contornos de uma cultura vertical, de uma mentalidade aberta, de um quadro de valores políticos, sociais e econômicos que daria impulso cada vez mais decisivo ao que se passaria a chamar desenvolvimento.

Sem dúvida, em nenhum momento se deixou de registrar que a esse complexo de atributos positivos também corresponderia o seu oposto: os males inerentemente urbanos, o afrouxamento mesmo de costumes aptos a degenerar em desregramentos nocivos a axiomas e tradições de variados matizes – morais, religiosos, humanitários, familiares, hierárquicos, gregários e congregários.

Por outro lado, em nenhum momento se deixou de reconhecer que muitas das fragilidades tipicamente rurais, inclusive as relacionadas a alguns daqueles padrões éticos, mesmo os exercidos apenas em teoria, dogma ou superstição, persistiram e até se exacerbaram nas fronteiras citadinas.

A despeito de tudo, entretanto, o fascínio exercido pelas cidades, como pólo de atração e potencialização de todos os sonhos humanos, jamais havia arrefecido.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos hoje assistindo a tal arrefecimento. E não poderia ser diferente. Como dissemos no início, as cidades, sobretudo aquelas de grande porte, estão perdendo seus mais consagrados referenciais.

Colocada a questão em termos concisos, as zonas urbanas, no mundo inteiro, mas especialmente as nossas, as brasileiras, que nos interessam mais diretamente, estão às voltas com o desafio da sobrevivência, desafio este gerado nas usinas de força do seu próprio gigantismo. E mais ainda: de sua descontrolada e assistemática exuberância física, da priorização excessiva do aço e do concreto sem uma adequada correlação com áreas vitais de ocupação. Dessas deficiências resulta, exemplificativamente, o fenômeno do ingurgitamento urbano, da sufocação, da inchação, da superpopulação, da degradação ambiental, da crônica obstrução das vias de locomoção de

pedestres e veículos, do estresse gerado pelas iniquidades sociais e pela desenfreada competição. Daí a metáfora dos formigueiros humanos, disseminados em guetos e condomínios restritivos e excludentes.

Evidentemente, de par com todos esses problemas e muitos outros, emergiu uma situação vizinha do caos, fronteira do colapso e precursora de uma iminente ingovernabilidade. A substância humanística tão exaltada na urbe passou a transmutar-se em agressividade, incomunicabilidade, violência estrutural, sociopatias de todo jaez, descompensação ecológica, crise axiológica. A antiga convivência fecunda passou a degenerar em retraimento, agravado pela chamada síndrome do pânico. As cidades, particularmente as metrópoles e megalópoles, foram tornando-se fóbicas, com verdadeiras multidões que não se conhecem, com vizinhos que nunca se viram, com relacionamentos que não perduram salvo por afinidades puramente profissionais, circunstanciais, eventuais, sem densidade afetiva e caráter duradouro.

A multiplicidade de instituições sociais, tanto públicas quanto privadas, poderia ser um contrapeso a esse isolamento a essa contraditória “solidão das massas”. E de fato o tem sido, na medida em que constituem os pontos de apoio e de intersecção em torno dos quais se conectam os grupos comunitários. Mas as crescentes e até assustadoras dificuldades de deslocamento, pelas distâncias geográficas, pela deficiência do trânsito e pelos riscos do percurso, são de tal dimensão e magnitude que não se caracteriza, em grau satisfatório, o saudável convívio.

Os locais onde se comprimem “grandes legiões de povo” têm seu acesso cada vez mais inviabilizado, exigindo tamanhos sacrifícios e comportando tamanho teor de potencial de risco, que se faz indispensável acionar toda uma parafernália de recursos materiais, técnicos e humanos para sua efetivação.

Os níveis de poluição de variada ordem – atmosférica, auditiva, espacial – depõem crescentemente contra os instrumentos de progresso e bem-estar postos a serviço da população. A indiferença, a apatia, o descompromisso com gestos solidários no contexto social prodigalizam o adensamento de um caldo de cultura paradoxalmente antiurbano, exigindo, outrossim, a intervenção de um Poder Público que se reconhece cada dia mais desaparelhado para tantas demandas.

A propósito, este é um dos aspectos mais evidentes da problemática urbana: a insuficiência dos dispositivos públicos em face das necessidades e exigências de milhões de pessoas, a pressionar por serviços básicos de infra-estrutura física, educação, saúde

de, segurança, emprego, cobertura jurídica, esportes, lazer; dispositivos estes que, mesmo quando privatizados ou terceirizados, ao fim e ao cabo terminam por compor o elenco das responsabilidades delegadas ao Estado, aqui entendido o termo em seu sentido amplo.

Pois é exatamente como corolário desse labirinto de requisições e reclamos gerados na vertiginosa engrenagem em que pulsa a vida coletiva que sobrevive essa perversa constatação: o descompasso entre o conjunto de instrumentos disponibilizados pelo Poder Público e as reais e progressivamente aprofundadas injunções de atendimento aos apelos sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as considerações até aqui feitas já foram e vêm sendo objeto de exaustivas reflexões e análises neste mesmo plenário. Nem por isso perdem em atualidade e mesmo dramaticidade.

Conforme ressaltamos, o dilema urbano, que vem desafiando as cidades de grande porte – ou de desmesurado porte – em dezenas de países, é um dos mais graves problemas desta quadra da vida brasileira.

O fulcro do impasse radica em que, também desavisadamente, adotamos, no curso das últimas décadas, um falho conceito de progresso urbanístico. Deixamo-nos empolgar pelo ciclópico crescimento puramente quantitativo ou até vegetativo, de muitas das nossas urbes, inclusive importando modelos conceituais meramente ligados à demografia, sem que dispuséssemos das condições essenciais para fazer face a esse processo de desmedida densidade de ocupação.

Reportemo-nos a alguns indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a título ilustrativo.

Já supera uma dezena o número de centros urbanos brasileiros onde disputam espaço contingentes superiores a 1 milhão de habitantes, sendo que a metade deles já ultrapassou o patamar dos 2 milhões, inclusive São Paulo, que se aproxima dos 10 milhões. Tais cifras se referem às Capitais de Estado e do Distrito Federal, não estando nelas computados os quocientes que se comprimem nas regiões metropolitanas. Nestas existem cidades com entraves socioeconômicos tão dramáticos, ou até mais acentuados, do que aqueles que se abatem sobre as Capitais.

Em alguns casos, trata-se de macrópoles localizadas em Estados já de si mesmos assoberbados por problemas de difícil superação, sufocados por deficiências gerenciais dispersas por todo o seu território, inclusive em paupérrimos bolsões interioranos. Desnecessário dizer que a tendência aí desenhada é a de

que ainda mais engrossem as levas de migrantes para os supersaturados pólos urbanos, tensionando o famigerado processo de favelização, com toda sua corte de males sociais incontornáveis. Com a proliferação de carências engendrada por esse deslocamento descontrolado, multiplica-se o cordão dos excluídos, empurrados para as zonas periféricas. Ademais, eles se tornam presa fácil do crime organizado, incrementam a economia informal e sobrecarregam a prestação de serviços públicos, pelos quais, por não comporem o rol de contribuintes fiscais, não pagam.

Não estaríamos, nesse contexto, diante de uma contradição? Decerto que sim. Pois acabamos de ver que as cidades já se encontram superlotadas, não comportando acréscimo de migrantes em sua grande maioria desprovidos de condições de ajustamento salutar e profícuo ao novo ambiente. Na verdade, o mais desejável seria a redistribuição ou o reassentamento de boa parte do atual efetivo populacional em ambientes menos congestionados.

De outra sorte, as vias de comunicação dessas cidades, as artérias por onde circulam seus moradores e as máquinas por eles postas em movimento, revelam-se entropicamente acanhadas para ensejar um mínimo de fluidez, do que resulta um estado freqüente de quase paralisia. É algo assim como se, metaforicamente, o sangue urbano não tivesse por onde circular, pondo em risco de estase o organismo societário.

Esse é o dilema, Sr. Presidente, que pode evoluir, como se prevê em muitos espaços do País, para uma situação confinante à tragédia, pelo seu inevitável rebatimento em todos os setores do conjunto geopolítico.

Que tal processo avassalador está a requerer urgentes e incisivas correções de rumo, é questão consensual. Que os atuais administradores metropolitanos brasileiros, bem como os técnicos e expertos direta ou indiretamente envolvidos com tal conjuntura factual, estão plenamente cientes e conscientes desse impasse, é por igual consabido. Que essas autoridades, públicas ou privadas, têm se desdobrado em suas funções para atenuar tais dilemas, riscos e confrontos que a todos atingem de forma cada vez mais angustiante, é de justiça reconhecê-lo.

Resta saber como vamos agir, que medidas vamos adotar, a que remédios alternativos vamos recorrer para a contenção dessa avalanche cujos sinais se vêm desenhando em horizonte tão próximo, e que pode engolfar as nossas grandes cidades se a ela não opusermos os diques da prevenção e do bom senso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as providências nesse sentido, de possível implementação no curto prazo – como o requer o quadro aqui esboçado – desafortunadamente não se encontram disponíveis, a se manter o atual enfoque da questão.

Isto porque, Sr. Presidente, o problema deita raízes profundas no solo social, econômico, político e cultural brasileiro. Seria necessária toda uma reformulação de conceitos e ações que não se circunscrevem ao âmbito exclusivamente administrativo. Essas transformações, que implicariam uma revisão na própria ótica urbanística prevalecente, não se encontram ao alcance de nenhum gestor público, por mais capacitado e abnegado. Mesmo que concedamos que o problema, no fim da linha, vai desaguar na esfera de suas responsabilidades, isto ocorrerá tão-somente no fim da linha. Mas se trata de uma corrente imensa, cujos elos se estendem por todos os níveis e setores, num sistema de vasos comunicantes, de intercambialções inextricáveis. E esse gestor público, isoladamente, tem as mãos atadas, por conta da sua dependência a outros níveis de decisão.

Mais uma vez, o que fazer? Desiste-se da busca da solução eficiente para o problema? Gerencia-se o possível, mesmo sabendo que o fio da meada permanece? Insiste-se nas ações pontuais, aqui e ali enriquecidas por ações outras, de cunho mais estrutural, mesmo sabendo que elas são apenas amenizadoras da questão, capazes tão-somente de atender certas demandas que logo voltarão a requerer novas interferências? Adotar a fórmula, não necessariamente escapista e proteladora, de agir à luz da alentadora expectativa de que os gargalos sistêmicos, os obstáculos de fundo e substância, irão sendo, no seu devido tempo, enfrentados eficazmente em função do desenvolvimento integrado do País?

Qual a alternativa, enfim? Creemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que não existe apenas uma alternativa, mas um conjunto delas, entre as quais se incluem – por que não? – as pontuais. Estas são sempre indispensáveis, sob pena de termos simplesmente de cruzar os braços. Aquelas medidas de caráter mais contextual, mesmo que padeçam de provisoriedade, também se inscrevem nesse conjunto. E a ação constante, ininterrupta, obstinada, sob a égide de positivas projeções dentro de um universo bem mais abrangente, também são em tudo meritórias.

Em resumo: o trabalho deve continuar e se intensificar.

Mas não nos cabe o direito à auto-ilusão: essas iniciativas não bastam, não cobrem todo o espectro de carências.

E como o tempo é emergencial, compete-nos agir com urgência e descortino, atacando o problema em seus fundamentos, por via de uma intervenção conjugada de esforços no sentido de que se repense e se reformule a visão conceitual que vimos adotando em face da questão urbana brasileira.

Como fazê-lo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados? Por meio da convocação, da mobilização da sociedade nacional, com ênfase naqueles setores que dispõem de farto e valioso acervo de informações, sugestões e soluções para o problema que não mais admite adiamentos.

Muitos desses setores, tanto na alçada pública quanto na instância não-governamental, já se vêm debruçando, com ciência e consciência, sobre a matéria. Estudos sérios articulados e substanciosos têm sido produzidos, no Brasil e no exterior, apontando os rumos das intervenções. Conferências, simpósios, seminários e conclaves de âmbito internacional, nacional e regional vêm demonstrando exaustivamente que, para uma questão de tamanha envergadura, de fundo pluricausal, impõe-se um enfoque pluriangular. É que, Sr. Presidente, na atual quadra da vida planetária, metade da população – quase 3 bilhões de pessoas – vive no meio urbano, em condições para lá de precárias. E, segundo a ONU, esse contingente deverá dobrar até o ano 2025. Mais preocupante ainda: o percentual para os países do Terceiro Mundo estará aí nas cercanias dos 80%.

No cenário brasileiro, registra-se situação análoga. E quando levamos em linha de conta que o feixe de programas sociais até hoje postos em prática no País, inclusive os relacionados ao planejamento da natalidade, não vêm surtindo os efeitos desejados, não se torna difícil concluir que de há muito soou a hora de adotarmos aquele enfoque pluriangular.

À luz deste se inscrevem questões multissetoriais e ao mesmo passo inter-relacionadas, a partir de políticas de desconcentração de renda e melhor distribuição da riqueza nacional, passando por todo um repertório de ações planejadas, abrangentes e eficazes em reforma agrária, educação, saúde pública, habitação, transportes, saneamento e, particularmente, projetos de reurbanização.

A despeito de sua substancialidade e organicidade, esse acervo múltiplo de intervenções conjugadas e confluentes ainda não seria o bastante para enfrentar com eficácia o problema específico do colapso

metropolitano. Isto porque, Sr. Presidente, há toda uma nova mentalidade de ocupação urbana a ser trabalhada junto à coletividade brasileira, para o que é indispensável o concurso dos veículos de comunicação de massa.

Não se trata, obviamente, de induzir os vários estratos populacionais a abandonar as cidades em direção às áreas rurais, o que soaria irresponsável, até pela sua inviabilidade. Mas é por igual óbvio que se pode estimular o descongestionamento dos megacentros citadinos em pelo menos dois sentidos: dotando os espaços menos densamente povoados de condições adequadas de atratividade e autogestão; e implementando programas, na esfera pública e particular, de incremento global e setorial, gerador de atividades rentáveis e multiplicadoras, em áreas geopolíticas situadas fora das regiões metropolitanas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao trazer à consideração deste Plenário as idéias aqui delineadas em termos necessariamente genéricos, nosso objetivo, antes mesmo de sugerir soluções, é o de advertir para a iminência de colapso que impede sobre vários dos grandes centros urbanos brasileiros. As sugestões que nos permitimos avançar tão-somente reeditam, em grau mínimo, um imenso repositório de alternativas para a superação do problema, compendiadas em numerosos documentos que constam dos Anais desta Casa.

Cuidamos ser da nossa alçada encarecer, neste Parlamento, a gravidade da questão, que nos afeta a todos indistintamente, a todos os brasileiros que habitam as tão diversificadas regiões do País, sejam áreas rurais, sejam núcleos citadinos.

Mais especificamente, porém, nossa preocupação prioritária é com o estado de inviabilidade dos nossos maiores centros urbanos, onde a qualidade de vida se vem degradando a tal nível de intensidade que se tornará incorreto, no curtíssimo prazo, enaltecer a excelência de uma das supremas obras do homem: a construção das cidades.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contrariando as expectativas de toda a nação brasileira, que esperava passar um 1º de maio em clima de otimismo e confiança nos destinos do país, o governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso se antecipa no anúncio dos novos níveis salariais com um verdadeiro presente de grego, que nada tem a ver com a realidade dos nossos dias.

Isto porque, Sr. Presidente, um salário mínimo de 151 reais por mês já não corresponde às necessidades básicas de uma família composta de até quatro pessoas.

E não se diga que os índices encontrados pelo governo são suficientes para atender a classe trabalhadora.

Estamos entre as cinco nações com salários mínimos mais baixos do mundo, alinhados com países como o Equador, o México e as Filipinas.

Para que se tenha uma idéia, Sr. Presidente, basta lembrar que, enquanto no Brasil um trabalhador passará a ganhar apenas 151 reais por mês, na Espanha o trabalhador tem salário superior a 800 reais mensais.

Evidentemente, não vamos comparar um país em desenvolvimento com um país desenvolvido, onde a economia é estável, o desemprego, tolerável e há plena consciência de suas aspirações e responsabilidades, diferentemente da situação brasileira, que fechou o mês de fevereiro último com cerca de 1,5 milhão de desempregados.

E não se tem conhecimento de nenhuma iniciativa de vulto por parte do governo capaz de reengajar essa imensa massa de operários no mercado de trabalho.

No caso das privatizações, a situação é ainda mais grave, pois a grande maioria das empresas que assumiu empreendimentos onde o governo tinha participação majoritária passou a demitir em massa, a pretexto de enxugamento das despesas.

Portanto, Sr. Presidente, o trabalhador brasileiro não tem motivo para comemorar este 1º de Maio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**O SR. VICENTE CAROPRESO** (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pesquisa realizada pela MCI na semana passada aponta o Ministro da Saúde, José Serra, como o melhor ministro do Governo, com um índice de aprovação de 47%. O índice “ruim e péssimo” é de apenas 16%, e “regular”, de 33%.

Sem qualquer preocupação ou enfoque político-eleitoreiro, considero esse resultado muito positivo. Não apenas para o Ministro Serra, para o Governo, mas principalmente para a saúde, um dos maiores problemas enfrentados no país.

Os índices atribuídos a Serra mostram que a saúde está sendo bem conduzida, que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo Ministério da Saúde, e que se refletem no dia-a-dia dos cidadãos brasileiros